

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

"O governo errou"

Dedicado ao grupo de trabalho da reforma tributária e à Comissão Mista de Orçamento, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) avisa ao Planalto: "O governo está batendo cabeça. (O ministro da Fazenda Fernando) Haddad não conversou com ninguém sobre essa medida provisória. Não se pode fazer uma MP dessas sem conversar com a base. A formatação não foi boa. Agora, tem uma questão de fundo que precisamos enfrentar: é preciso discutir as desonerações, ainda que seja para um prazo de 20 a 30 anos", diz o deputado, salientando que Haddad "não tem culpa". "Ele é quem mais tenta acertar", frisa.

A outra disputa da vez

Paralelamente à MP 1.227, vem por aí uma guerra dentro da Comissão Mista de Orçamento. Dia desses, foi uma briga danada porque o projeto que destinou R\$ 3 bilhões das emendas de comissões técnicas para o Ministério da Saúde teve de ser votado a toque de caixa, sem análise pela turma afeita ao Orçamento.

A revolta das frentes



O documento assinado por 27 frentes parlamentares pela devolução da Medida Provisória (MP) 1.227, que mexeu nas regras de crédito de PIS/Cofins e alvorçou o setor produtivo, tende a consolidar o poder desses grupos. Ainda que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), opte por discutir o assunto, em vez de devolver o texto, a MP tende a ser derrubada assim que for a voto, de forma a permitir o bom andamento dos negócios Brasil afora. Nos últimos dias, vários industriais suspenderam operações de exportação. No agro, alguns exportadores estão há três dias sem embarcar soja porque temem ter que pagar altos impostos, que antes da MP podiam compensar com créditos de PIS/Cofins.

» » »

Na terça-feira, os presidentes das 27 frentes têm encontro marcado na Frente Parlamentar do Agro para levar solenemente a Pacheco o pedido de devolução da MP. A confusão está armada.

Bom para todos

O projeto acabou passando porque, como todos os deputados sabem, a saúde é o local mais fácil para liberação de recursos e há muita emenda represada por lá. Porém, o mal-estar permanece.

Simone que se prepare

O primeiro alvo dessa insatisfação dos integrantes da CMO será a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e justamente no Dia dos Namorados. É que o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), fechou 12 de junho para que ela vá ao Congresso discutir a proposta da LDO 2025. A ministra será cobrada sobre o que o governo tem feito para conter os gastos.

CURTIDAS



Tomaz Silva/Agência Brasil

Lula e a guinada à esquerda/ O acordo que o PT fechou com o PSol para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte joga de vez para escanteio o PSD do prefeito Fuad Noman. Aliás, no triângulo dos votos — São Paulo, Minas e Rio de Janeiro —, a única capital em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiará um partido de centro é no Rio, o prefeito Eduardo Paes (PSD, foto).

Veja bem/ A separação do MDB de Ricardo Nunes, em São Paulo, e do PSD, em Belo Horizonte, é um movimento que ajuda a empurrar esses partidos para longe de Lula, em 2026. Ainda que tenham ministros, ninguém hoje aposta numa frente ampla encabeçada pelo petista num futuro próximo.

Olho nele/ Pré-candidato a prefeito de Londrina (PR), o presidente da Frente Parlamentar Católica, Diego Garcia, do Republicanos, não deixa de prestar atenção nos movimentos rumo a 2026: "O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) se voltou para o estado. É fortíssimo candidato à sucessão do governador Ratinho Jr. em 2026", aponta.

JUDICIÁRIO / Supremo e plataformas assinam parceria para o combate a fake news, desinformações e discurso de ódio pelas redes sociais. No primeiro momento, atuação das empresas será no sentido de alertar e educar os usuários

STF e big techs contra mentiras

» RENATO SOUZA

Plataformas de mídias sociais passaram a fazer parte do Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal. YouTube, Google, Meta — proprietária do Instagram, Threads e WhatsApp —, TikTok, Microsoft e Kwai assinaram, ontem, a adesão ao programa. São as primeiras redes a aderirem à iniciativa do STF desde que foi implantada, em 2021, com o objetivo de combater o compartilhamento de mentiras e desinformações.

O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, destacou que as big techs precisam ser parceiras da Corte no combate à disseminação de informações falsas. "Essas negociações não são fáceis, mas acho que chegamos a um bom termo. E acho muito importante que as plataformas digitais precisem se tornar parceiras no enfrentamento à desinformação, no enfrentamento ao ódio, no interesse da sociedade e, penso, que no seu próprio interesse", destacou.

O ministro também salientou esperar que o acordo assinado pelas big techs com o STF torne-se o pontapé inicial de diversas ações de parceria. "Espero que seja o início de uma relação cooperativa entre a Justiça e as plataformas digitais no enfrentamento de uma das piores epidemias do nosso tempo — a da desinformação e disseminação do ódio. Espero que seja uma parceria que frutifique e nos ajude a fazer um país e um mundo melhor", frisou o ministro.

Na primeira etapa, as empresas somente confirmaram a participação no esforço contra a disseminação de mentiras e distorções pelas redes que

administram. Os termos e detalhes de como ocorrerá a moderação de conteúdo serão definidos posteriormente.

"Não podemos permitir que, por trás do biombo da liberdade de expressão, se desenvolva uma sociedade em que ninguém possa mais acreditar naquilo que vê. Esse é o esforço que une o STF e as plataformas digitais", afirmou Barroso.

Advertências

O acordo com o Supremo prevê iniciativas de promoção de "ações educativas e de conscientização para enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação". O documento estabelece também que a colocação do tratado em prática vai ocorrer "de acordo com o interesse e/ou a área de atuação institucional do parceiro e no limite dos recursos e capacidades que o parceiro disponibilizar para a sua participação".

Cento e dez instituições aderiram ao acordo, inclusive a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O X (antigo Twitter) não assinou o acordo e não enviou representante.

A plataforma pertence ao bilionário sul-africano Elon Musk, que atacou Moraes e o STF — disse que havia uma "ditadura do Judiciário" no Brasil. O bilionário sul-africano foi incluído, como investigado, em um inquérito que trata de milícias digitais e ataques contra o Supremo.

Atualmente, o X não tem um diretor no Brasil e a equipe no país foi reduzida. O governo federal também suspendeu todos os contratos de publicidade com a plataforma, sob o argumento de que estimula a desinformação.

Antonio Augusto/SCO/STF



Ministros Edson Fachin e Barroso, vice e presidente do STF, assinam acordo. Redes por ora atuarão educativamente

PF captura 48 foragidos pelo 8 de janeiro

Quarenta e oito foragidos da Justiça, por envolvimento com a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, foram capturados, ontem, pela Polícia Federal (PF) em mais uma etapa da Operação Lesa Pátria. O cumprimento de 169 mandados de prisão — expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — ocorreu em 18 estados e no Distrito Federal. Além das detenções, as equipes executaram a determinação para a recolocação de tornozeleiras eletrônicas nos acusados de descumprimento de medidas cautelares.

Investigações da PF apontam que 65 pessoas com mandados de prisão em aberto fugiram para a Argentina na esperança de serem acolhidas como asilados políticos. De acordo com as diligências, a maioria dos foragidos entrou no país vizinho sem passar pelo controle da fronteira — muitos fugiram pelo Paraná e fizeram o trajeto a pé.

Cooperação

A PF trabalha com a inteligência argentina para o monitoramento e captura dos foragidos. Uma vez localizados, as

prisões serão solicitadas às autoridades do país vizinho, seguidas da solicitação de extradição.

"Mais de duas centenas de réus, deliberadamente, descumpriram medidas cautelares judiciais ou ainda fugiram para outros países, com o objetivo de se furtarem da aplicação da lei penal. Ao longo de 27 fases, a Operação Lesa Pátria realizou centenas de prisões em face de vândalos, financiadores, autoridades omissas e incitadores dos crimes realizados no início do ano passado", destaca a PF. Entre as medidas cautelares descumpridas estão o não comparecimento à Justiça e a mudança

» Corte explica viagem de segurança

O Supremo Tribunal Federal justificou, ontem, o motivo pelo qual pagou R\$ 39 mil para que um segurança da Corte acompanhasse o ministro Dias Toffoli em viagem à Inglaterra — onde assistiu, em Londres, à final da Champions League entre Real Madrid 2 x 0 Borussia Dortmund. Em nota, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, alegou que a ida do servidor foi para garantir a integridade do magistrado. "Os ministros do Supremo circulavam em agendas pessoais e até institucionais inteiramente sós. Nos últimos anos, fomentou-se um tipo de agressividade e de hostilidade que passou a exigir segurança em todas as situações", explicou.

de endereço sem que o Poder Judiciário fosse informado.

A Lesa Pátria foi deflagrada no ano passado, logo depois de os bolsonaristas invadirem e vandalizarem as sedes dos Três Poderes, em Brasília. A operação da PF tornou-se permanente.

Os casos dos presos serão analisados pelo STF. Desde o ano passado, a Corte realiza uma série de julgamentos no plenário virtual contra os golpistas. As penas variam de acordo com os delitos cometidos por cada envolvido. O descumprimento de medida cautelar pode levar o investigado para a prisão no curso do processo. (RS)